



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 10 – Ano V – 10/2016
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Quilombo, cultura e educação: algumas reflexões a partir da prática etnográfica

Prof^a. MSc. Paula Cristina Silva de Oliveira
Doutoranda em Educação – FaE/UFMG – Brasil
Docente da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal
dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5594074726509467>
E-mail: paula.ufvjm@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Carmem Lúcia Eiterer
Doutora em Educação – Universidade de São Paulo - USP – Brasil
Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9905263965506713>
E-mail: eiterercarmem@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Shirley Aparecida de Miranda
Doutora em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG – Brasil
Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3847776763284981>
E-mail: mirandashirley48@gmail.com

Resumo: Este ensaio tem por objetivo refletir sobre o conceito de cultura e a prática etnográfica na área de educação a partir de pesquisas que tematizam comunidades quilombolas. Apresentamos as seguintes questões: O que se entende por quilombo e comunidades quilombolas? Que contribuições o conceito de cultura e a prática etnográfica podem trazer às pesquisas que tematizam quilombo e educação? Para tanto, recorreremos a Gusmão (1994, 2014) e O'dwyer (1995, 2007), por exemplo, que estudam quilombo, e cânones da antropologia como Clifford Geertz e Marshall

Sahlins. Concluímos que a prática etnográfica, para além de instrumento metodológico, se faz importante na construção e elaboração de novas epistemes.

Palavras-chave: educação, quilombo, cultura, etnografia.

Introdução

Buscamos com este ensaio expressar as contribuições das áreas de Educação e Cultura para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que abarcam a temática quilombola. Verificamos que trabalhos desenvolvidos na área de educação e quilombo tem utilizado a abordagem etnográfica. Julgamos, portanto, relevante discorrer sobre alguns princípios e fundamentos que orientam este tipo de pesquisa, apresentando as seguintes questões: o que se entende por quilombo e comunidades quilombolas? Que contribuições o conceito de cultura e a prática etnográfica podem trazer às pesquisas que tematizam quilombo e educação?

Sobre comunidades quilombolas

De acordo com o art. 2º do Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, são consideradas comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnico-raciais que se auto-reconhecem tendo trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e marcas da ancestralidade negra relacionada à resistência e opressão histórica vivenciada por estes grupos. A Sociedade Brasileira de Antropologia define a população quilombola como se constituindo de grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (BRASIL, 2009)

Sobre o histórico da população quilombola, no Brasil existem quilombos que foram constituídos no período da escravidão e outros após a abolição formal da escravatura. A origem dos territórios é diversa, sendo que alguns terrenos foram doados, outros comprados, outros conquistados por meio da prestação de serviços, de guerras ou relacionam-se ainda a religiosidade. Cabe destacar a centralidade da terra e do território para o povo quilombola, uma vez que essas comunidades tradicionais são caracterizadas pelo uso comum de suas terras, entendidas como espaço coletivo e indivisível, ocupado e utilizado por meio de regras comuns aos grupos familiares que as compõem. (BRASIL, 2009)

Shirley Miranda (2016) afirma que ainda persiste no imaginário social a “acepção criminal e subalterna atribuída aos quilombos no Brasil”. Para a autora, mesmo tomando-se uma contextualização histórica do termo, seu significado se apresenta de forma dialógica, sem assumir definição fixa. A autora observa um deslocamento discursivo em que nota-se a presença da noção criminalizada de quilombo ao mesmo tempo em que emerge “uma lógica na qual quilombo inscreve-se no registro de contraposição e resistência à ordem colonial e possibilita reorientar o significado de ser quilombola” (p. 73).

Sobre este assunto, Georgina Helena Lima Nunes (2016) indica que diferentemente do imaginário que se tem do termo quilombo, como algo estático, a dinâmica de vida nos quilombos demandou um processo de recriação. Nunes (2016) ressalta o protagonismo negro, em especial o das lideranças femininas, à frente da defesa dos direitos políticos, sociais e econômicos de suas comunidades e caracteriza o movimento quilombola da seguinte forma:

(...) o Movimento Quilombola reúne peculiaridades que englobam desde as questões voltadas ao antirracismo até as questões territoriais que, em síntese, exacerbam as complexas relações raciais brasileiras porque a luta pela propriedade coletiva implica em *afirmar* um modo de vida próprio diferente daquilo que, erroneamente, se idealiza quase como que um *congelamento da história*, ou seja um quilombo estático. (p. 347)

Atualmente, temos registros de comunidades remanescentes de quilombos em 24 entes federados brasileiros, sendo que a maior concentração ocorre nos estados do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco e de Minas Gerais. A maior parte destas comunidades concentra-se na região nordeste, fazendo de Minas Gerais o estado que possui a maior concentração destas comunidades remanescentes de quilombos fora daquela região. Embora alguns estados incluam em sua constituição estadual (Maranhão, Bahia, Goiás, Pará e Mato Grosso) ou em legislação específica (Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) a questão territorial quilombola, Minas Gerais ainda não regulamentou a titulação das terras. (BRASIL, 2009)

Eliane Cantarino O’Dwyer já há 21 anos atrás, afirmava que o termo quilombo vinha assumindo novos significados, não só para a literatura especializada, como também para grupos, indivíduos e organizações para designar a situação de segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. O’Dwyer (1995)

destaca que o termo não se referia a grupos isolados ou de uma população homogênea, consistia “em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”. (p. 2).

Em estudo mais recente, em 2007, tratando ainda dos termos “quilombo” e “remanescente de quilombo” a autora destaca que é importante em qualquer referência ao passado, realizar a correspondência a sua forma atual de existência. Que pode manifestar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado (O'DWYER, 2007). Dando ênfase às diferenças culturais presentes nas comunidades negras rurais brasileiras, a autora afirma que tais diferenças costumam ser comunicadas por meio de estereótipos, relacionados ao racismo e à discriminação. Problematizando a elaboração dos Laudos Antropológicos¹, a autora defende que “as identidades étnicas são onipresentes, não podendo ser suprimidas temporariamente por outras definições mais favoráveis da situação de contato interétnico”. (p. 48). Argumenta também que tais relatórios:

representam um tipo de intervenção num campo específico de articulação e envolvimento do mundo intelectual com os movimentos sociais e a mobilização de grupos étnicos, os quais reivindicam o direito à diferença cultural, à reprodução de suas práticas econômicas e sociais, bem como o respeito pelos seus saberes tradicionais. (O'DWYER, 2007, p. 49)

Nesse sentido, etnicidade e territorialidade são termos delimitados no contexto quilombola na tentativa de garantir direitos. Na perspectiva antropológica do grupo de trabalho sobre quilombo da Associação Brasileira de Antropologia, O'Dwyer (2007) afirma que etnicidade “refere-se a aspectos das relações entre grupos que consideram a si próprios e são também por outros considerados como distintos” (P.47). Para a autora o fenômeno da territorialidade está relacionado à questão da identidade étnica:

a **eticidade** é conceituada como um tipo de processo social no qual os grupos orientam suas ações pelo **reconhecimento territorial** das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de metáforas, inclusive biológicas, referidos a uma afirmação positiva dos estereótipos de

¹ Relatórios de Identificação das comunidades, elaborados por antropólogos, necessário ao processo de reconhecimento da posse das terras.

uma identidade étnica e racial, para reivindicar os direitos de uma cidadania diferenciada do estado brasileiro. (O'DWYER, 2007, p. 53)

A questão da territorialidade é relacionada, além da questão da identidade (“terra de pretos”), à memória e à tradição, presente nos termos “terra de parentes”, “terra de ancestrais”. Verifica-se que a terra é concebida como bem comum, que pertence a um grupo de parentes e que se diferem, portanto, de outras terras à sua volta. O espaço físico e social é marcado pela origem comum e pelo parentesco, o que permite que seu uso seja marcado por relações de solidariedade e reciprocidade de grupo. (GUSMÃO, 1994)

Neusa Gusmão (1994) menciona a coletividade organizada e a herança cultural de um grupo específico – a população negra camponesa. A autora ressalta a necessidade de se considerar a diversidade de sujeitos presentes no campo, assim como a heterogeneidade de comunidades que se organizam de diferentes maneiras, podendo resistir aos efeitos desagregadores da sociedade do entorno. No contexto pesquisado por Gusmão (1994) “as formas tradicionais de vida e igualmente práticas modernas com ideologias próprias, penetram o universo comunitário e estabelecem a mediação entre terra, sexo e raça” (p. 82). A autora constata que a presença da mulher, nesta situação específica:

mostra-se como fundamental posto que central para o cotidiano do grupo e em toda sua existência, é também, elemento básico da resistência que se engendra frente aos desequilíbrios, introduzidos pela expansão da sociedade mercantil que subjuga camponeses, pobres e negros. (GUSMÃO, 1994, p. 83)

Gusmão (1994), tratando de questões relativas ao território, à identidade étnica e às relações de gênero, caracteriza a população negra do meio rural como um “pequeno produtor de bens de subsistência ao mesmo tempo que força de trabalho à disposição do capital” (p. 81). Na intenção de mostrar que os grupos do meio rural não são homogêneos, a autora afirma:

a heterogeneidade e diversidade constante do social, informa e constrói a identidade particular que resulta da compreensão de mundo e também, das relações vividas no cotidiano. No cotidiano a família e a sociedade articulam-se através de uma história, uma tradição e uma memória particular. (GUSMÃO, 1994, p. 82)

Em conformidade com o apontado por Gusmão (1994) e O'Dwyer (2007) sobre identidade étnica e social e territorialidade, Roberto de Souza Santos (2016) acrescenta que os termos “remanescentes de quilombo” “terras de preto” ou “território negro” são marcados pela diversidade de origens e tradições históricas destes grupos sociais. Nos dizeres do autor “este corpo social tem suas práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, que podemos chamá-lo de território”. (p. 158)

O conceito de cultura e a prática etnográfica

Consideramos que pensar o trabalho de pesquisa em uma comunidade quilombola nos faz estipular uma metodologia que abarque a dimensão da especificidade destes grupos étnicos, que, como vimos anteriormente, não são homogêneos. Cada comunidade que se reconhece como quilombola apresenta uma particularidade, um histórico, um modo de ser/estar no mundo, de se relacionar com o território. Observa-se um número significativo de trabalhos realizados em comunidades quilombolas que tem envolvido a prática etnográfica² para compreender fenômenos relacionados ao campo educativo.

Bogdan e Biklen (1994) definem a etnografia como a “tentativa de descrição da cultura ou de determinados aspectos dela” (p. 57). De acordo com os autores, é o recurso ao conceito de cultura como principal instrumento organizativo e conceitual de interpretação de dados que caracteriza a etnografia. Tratando das distâncias e aproximações dos campos sociológico e antropológico os pesquisadores afirmam que:

Os procedimentos etnográficos, ainda que semelhantes ou quase idênticos aos utilizados na observação participante, baseiam-se, de facto, num vocabulário diferente, tendo-se desenvolvido igualmente em especialidades acadêmicas diferentes. (...) existem algumas provas sugerindo que os sociólogos e os antropólogos se estão a aproximar no modo como conduzem investigação e na orientação teórica que subjaz ao seu trabalho. (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 60)

² Das 21 teses e dissertações presentes na categoria “quilombo” analisadas inicialmente no Estado da Arte sobre Educação Étnico-Racial, 12 trabalhos mencionam a utilização de etnografia.

Nesse sentido cabe destacar como o(s) conceito(s) de cultura tem orientado estudos e pesquisas. Clifford Geertz é apontado por Amanda Freitas (2015) como o autor que aparece mais em evidência no Brasil nas pesquisas educacionais em interface com a área antropológica. Geertz (2014)³, antropólogo norte americano, compreende a cultura de um povo e o ofício etnográfico como:

um conjunto de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem. Existem enormes dificuldades em tal empreendimento, abismos metodológicos que abalariam um freudiano, além de algumas perplexidades morais. Esta não é a única maneira de se ligar sociologicamente com as formas simbólicas. O funcionalismo ainda vive, e o mesmo acontece com o psicologismo. Mas olhar essas formas como 'dizer alguma coisa sobre algo', e dizer isso a alguém, é pelo menos entrever a possibilidade de uma análise que atenda à sua substância, em vez de fórmulas redutivas que professam dar conta dela". (GEERTZ, 2014, p. 212-213)

Geertz (2014) compreende a etnografia como uma descrição densa. O autor relembra que em campo o/a etnógrafo se depara com uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, que "são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem de alguma forma primeiro apreender e depois apresentar" (p. 7). Dentre as atividades realizadas em campo, Clifford Geertz menciona as entrevistas realizadas com informantes, observações de rituais, escrita no diário de campo. Concebendo o conceito de cultura numa perspectiva semiótica, o antropólogo afirma:

"a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade" (GEERTZ, 2014, p. 10)

Em consonância, Marshall Sahlins (1997) nomeia e distingue o conceito de cultura como "a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos. As pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados" (p.41). Para o antropólogo tais significados não podem ser preestabelecidos a partir de características biológicas ou físicas. Problematizando a "missão colonizadora" do

³ Clifford Geertz tem a primeira versão de sua livro "A interpretação das culturas" publicada em 1973. Para este estudo utilizamos uma edição brasileira publicada em 2014.

conceito de cultura, Sahlins (1997) retoma como o conceito fora utilizado para demarcar diferenças, numa “redução perversa da comparação cultural à distinção discriminatória” (p. 44).

Também em perspectiva crítica ao conceito de cultura, Roy Wagner (2010) acrescenta que é no decorrer do trabalho de campo que o antropólogo “se torna o elo entre culturas por força de sua vivência em ambas, e é esse ‘conhecimento’ e essa competência que ele mobiliza ao descrever e explicar a cultura estudada” (p. 30).

Marilyn Strathern (2014), antropóloga britânica, afirma que um dos elementos desafiantes do trabalho de campo é a escrita. A autora explicita que o/a pesquisador/a de campo tem de habitar dois campos ao mesmo tempo, numa relação complexa “recordar as condições teóricas sob as quais a pesquisa foi proposta, e com isso a razão de estar ali, cedendo ao mesmo tempo ao fluxo de eventos e às ideias que se apresentam” (p. 347). Nesse sentido, denomina esse efeito de envolver juntamente os dois campos de “momento etnográfico”, exemplificando-o como uma “relação que junta o que é entendido (o que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise)” (STRATHERN, 2014, p. 350)

Pensando em uma etnografia pós-colonial, o pesquisador brasileiro José Jorge de Carvalho (2001) traz a tona a discussão sobre como “incorporar a saga biográfica do autor no texto etnográfico e na sua interpretação” (p. 114). Para o autor, no contexto brasileiro o que se verifica são “etnógrafos se colocando subjetivamente na sua pesquisa de campo, mas sempre aspirando preservar para si o lugar de autor seguro e inconteste.” (p. 114). Carvalho (2001) defende a proposição de uma agenda etnográfica que leve em consideração a nossa posição de periferia do Ocidente. Recorrendo a Walter Mignolo, autor latino-americano, o pesquisador da Universidade de Brasília coloca em pauta a tarefa da “descolonização das paisagens mentais, a qual implica uma revisão radical dos seus cânones, tanto teóricos quanto temáticos” (p. 111), ampliando nosso horizonte de reflexão, mudando a origem de nosso olhar.

Algumas considerações

Este ensaio buscou registrar algumas contribuições das áreas de Educação e Cultura para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que abarcam a temática quilombola. Verificamos que um número significativo de trabalhos desenvolvidos na área de educação e quilombo tem privilegiado a etnografia. Nesse sentido, concordamos com Neusa Gusmão (2014) que considera “a importância da etnografia, não só como instrumento metodológico, mas também como um profundo e significativo processo de reflexão epistemológica a produzir conhecimento” (p. 221). Para a autora, o desenvolvimento de uma prática etnográfica deve primar pelo compromisso com a realidade e com a vida, nos auxiliando no desafio posto ao campo educacional: “superar racismos, discriminações, reconhecer valores e práticas diversas próprias de diferentes grupos sociais, étnico raciais e outros” (GUSMÃO, 2014, p. 227)

Referências:

- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. *Programa Brasil Quilombola: Comunidades Quilombolas Brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas*. 2009. 156 p.
- CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, jul. 2001
- FREITAS, Amanda Fonseca Soares. *Corpo, linguagem e infância em movimento: etnografia numa escola de tempo integral da rede municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tese de Doutorado. 2015. 285p
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Terra de Mulheres: identidade e gênero em um bairro rural negro. In: *Revista História*, São Paulo, n. 129-131, p. 81-100, ago-dez/93 a ago.-dez./94.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Aportes finais de um debate em aberto. In: TOSTA, Sandra Pereira; ROCHA, Gilmar. (Orgs). *Diálogos sem fronteira: história,*

etnografia e educação em culturas ibero-americanas. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. P. 221-228.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Dilemas do reconhecimento: a escola quilombola “que vi de perto”. In: *Revista da ABPN*. v.8, n.18. Nov.2015-Fev.2016, p. 68-89.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação escolar quilombola: processos de constituição e algumas experiências. In: *Revista da ABPN*. v.8, n.18. Nov.2015-Fev.2016, p. 107-131.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Terra de quilombos*. Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro. Julho de 1995.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. In: *TOMO*, São Cristóvão, SE, n. 11, jul-dez. de 2007.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). In: *Mana*. Vol (3). N.1, Rio de Janeiro, Ap. 1997. P. 41-73.

SANTOS, Roberto Souza. Educação escolar, território e cultura quilombola: experiências, pesquisas e vivências. In: *Revista da ABPN*. v.8, n.18. Nov.2015 – Fev. 2016. P. 156-184

STRATHERN, Marilyn Ann. O efeito etnográfico. In: STRATHERN, Marilyn Ann. (Org.) *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Trad. Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luisa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify. 2010.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/10/2016

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.